



Ecologia Humana e Justiça Cognitiva: Comensurabilidade e Autorias nos Conhecimentos produzidos com os Povos Tradicionais

*Alzení de Freitas Tomáz¹; Maria Elizabeth Souza Gonçalves²;
Paulo Wataru Morimitsu³; Carlos Alberto Batista Santos⁴*

Resumo: O conceito de Ecologia Humana ainda se apresenta bastante complexo, sobretudo, no que se refere ao seu nível de abrangência, as incertezas acerca do comportamento humano e, as complexas interações ambientais entre a espécie humana e os demais seres. A inquietação quanto à ética nas manipulações das relações com a natureza, suscita inicialmente, pensar numa ética de como se constrói ciência na Ecologia Humana. A pesquisa documental realizada teve como unidades de análise uma amostragem das dissertações produzidas, nas primeiras turmas de egressos, 2012 a 2016, totalizando 50 dissertações, que estão disponíveis no site da PPGecoH. Utilizou-se da técnica do IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 e gephi, como um software livre distribuídos sob a GNU GPL (v2) que permitiu a análise estatística do corpo dos textos e tabelas individuais. Os resultados apontaram que os constructos produzidos, possuem correlações e significância metodológica quanto aos princípios determinados pela PPGecoH, onde tecnicamente há similitude entre os sujeitos da pesquisa e o método, no entanto, os fluxos de abordagens das pesquisas nas verificações de possibilidades epistemológicas pouco evidenciaram equidade cognitiva para atingir uma ética emancipatória nas relações e na autoria dos conhecimentos em âmbito da Ecologia Humana.

Palavras-Chave: Ecologia Humana; Epistemologia; Justiça Cognitiva; Ética na Pesquisa.

Human Ecology and Cognitive Justice: Commensurability and Authorship in the Knowledge produced with Traditional Peoples

Abstract: The concept of Human Ecology is still quite complex, especially with regard to its level of coverage, the uncertainties about human behavior and the complex environmental interactions between the human species and other beings. The concern about ethics in the manipulation of relationships with nature, initially raises, thinking about an ethics of how science is built in Human Ecology. The documentary research carried out had as units of analysis a sampling of the dissertations produced, in the first classes of graduates, 2012 to 2016, totaling 50 dissertations, which are available on the PPGecoH website. The IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 and gephi technique was used, as a free software distributed under the GNU GPL (v2) that allowed the statistical analysis of the body of the texts and individual tables. The results showed that the constructs produced have correlations and methodological significance as to the principles determined by PPGecoH, where technically there is similarity between the research subjects and the method, however, the flows of research approaches in verifying epistemological possibilities showed little equity cognitive to achieve an emancipatory ethics in relationships and authorship of knowledge within the scope of Human Ecology.

Key words: Human Ecology; Epistemology; Cognitive Justice; Research Ethics.

¹ Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH). Graduada em Direito (FASSETTE). Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Paulo Afonso, Bahia, Brasil. alzenitomaz@gmail.com;

² Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Comunicação Social (UNEB). Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil. lizabethgoncalves@hotmail.com;

³ Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em Matemática (Faculdade Moema). Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Paulo Afonso, Bahia, Brasil. paulowataru@gmail.com;

⁴ Graduado em Biologia (UPE). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGecoH). Mestre em Zoologia (UESC). Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE). Petrolina/PE, Brasil. cabsantos@uneb.br.

Introdução

As ideias da Ecologia Humana embora remontem às primeiras décadas do século XX, como desdobramento das questões interseccionais advindos das ciências naturais e sociais que conectam o ser humano aos tantos componentes ambientais, tem seus fundamentos atrelados a Darwin, Durkheim e até a Freud (ÁVILA-PIRES, 2009; PIRES; CRAVEIRO, 2011; MARQUES, 2017).

Esse arcabouço científico pluridisciplinar traz consigo algumas tensões de ordem metodológica que demandam uma perspectiva epistemológica transdisciplinar que transita num diálogo permanente e denso entre campos de conhecimentos diferentes, portadores de “objetos” e métodos próprios (SANTOS, 2010).

Provocar o destronamento de saberes cristalizados, considerando que o empreendimento científico é esotérico e político (KUHN, 1998), com vistas a responder questões essenciais à sobrevivência da espécie humana faz da Ecologia Humana uma angústia científica necessária, na medida em que além de introduzir a pluralidade interna da ciência, aclamando uma ação interseccional das ciências sociais e naturais, demanda uma ecologia de saberes do conhecimento científico com os saberes de mulheres e homens cuja luta diária têm resolvido questões concretas da vida cotidiana, onde a ciência sozinha não conseguiu responder (SANTOS, 2010).

Mas como fazer ciência, ainda que sob a égide da pluridisciplinaridade, dialogando e construindo com as comunidades, os povos, os sujeitos partícipes, utilizando metodologias colaborativas e ainda reconhecendo esses sujeitos como protagonistas do empreendimento científico?

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia, identificando como se dá a presença dos sujeitos pesquisados na autoria do discurso científico. Entendemos que o Programa em tela, único na América Latina, precursor do processo de consolidação da Ecologia Humana como campo científico, deve periodicamente fazer a sua autocrítica, verificando as implicações do seu fazer na afirmação de uma ciência plural que interconecta justiça social com justiça cognitiva, assumindo o ser humano em sua plena diversidade como parte indivisível do ambiente.

Ecologia Humana e Conhecimento Compartilhado

A Ecologia Humana pelo seu próprio cerne epistemológico de diálogo essencial com outras ciências, numa permanente pluridisciplinaridade e de reconhecimento que os povos tradicionais são portadores de saberes essenciais à superação da crise socioambiental a que nos encontramos e conseqüentemente são indispensáveis às respostas definidas pelo seu campo científico, se coloca como campo orientador daquilo que Santos (2010) denominam de ecologia de saberes.

Esse campo de conhecimento científico apresenta muitos desafios metodológicos e políticos que surgem das Epistemologias do Sul: por um lado necessita superar as metodologias extrativistas que caracterizam o empreendimento científico eurocêntrico, que tira o conhecimento do outro, um conhecimento sobre o outro e assumir a construção de conhecimento com o outro, numa autoria partilhada, criando subjetividades mais fortes, afirmando metodologias colaborativas onde se veja profundamente, construindo metodologias a partir dos grupos em luta e de seus contextos (SANTOS, 2017).

Redefinir o lugar da autoria nas produções acadêmicas dos sujeitos pesquisados, especialmente em se tratando de conhecimento científico advindo dos saberes tradicionais, se apresenta como uma questão a ser resolvida. Há inúmeros saberes retirados de povos e comunidades tradicionais, bem como de tantos outros sujeitos e essa autoria é subalternizada, quando não omitidas. Qual a linha tênue entre as questões éticas e a retirada de direitos autorais?

Pires e Craveiro (2011) destacam a importância de metodologias que valorizam o diálogo entre os diversos saberes e assim colocam a Ecologia Humana como uma ciência social pluridisciplinar que aborda as mútuas dependências entre os sistemas sociais e naturais, colocando a cultura e a tecnologia (também produção cultural), como elementos indispensáveis para a compreensão das questões socioambientais protagonizadas pela civilização humana.

Assim, a presença dos sujeitos pesquisados, bem como a participação dos povos e comunidades tradicionais, merecem um estatuto privilegiado nos estudos da Ecologia Humana, uma vez que, o grande desafio que se impõe à sociedade pós moderna é o alcance da justiça social e isso não será possível sem justiça cognitiva (SANTOS, 2010).

A Ecologia Humana centra-se no diálogo de saberes. Essa interação, no entanto, ainda é difícil e o projeto social emancipador e integralizador que se almeja está distante, pois prevalece a visão fragmentada, individualista e opressora de mundo. Faz-se necessária a

mudança na forma de pensar e de construir o pensamento com vistas à reconstrução social onde haja comprometimento coletivo, justiça social e ambiental.

Para tanto, urge uma Ecologia Humana como conhecimento auto reflexivo que promova práticas sustentáveis, construídas sob os auspícios de uma pesquisa integracionista, que cria o elo do homem consigo mesmo e com seu entorno, e que interconecta elementos indissociáveis do ambiente, atualmente pensados separadamente: o biológico, o social, o individual e ecológico (ALVIM, 2012).

Marques (2012) na organização dos ensaios que ensejou o livro “Natureza Sagrada: ensaios de Ecologia Humana” faz a apresentação das fontes orais que participaram do processo de produção dos estudos realizados. No caso em tela, a ética da pesquisa com seres humanos, orientada pela Plataforma Brasil, onde o sigilo em torno do nome dos sujeitos da pesquisa é exigido é superada pela ética da justiça autoral. Os portadores dos saberes que são colocados à disposição coletiva são anunciados no registro bibliográfico. Uma coisa é a autoria do processo de compreensão de realidades, outra coisa é a autoria dos portadores dos saberes compreendidos, e outra ainda é saber produzido numa perspectiva de tradução intercultural.

Ostrom (2012) pontua que nos sistemas socioecológicos o trabalho é realizado entre colegas, independente da formação e do status profissional, dando ênfase à sustentabilidade dos sistemas por ela denominados de policêntricos e cujas principais características são o monitoramento local, alto nível de confiança e reciprocidade entre os partícipes independentemente do status profissional, abertura à complementariedade, autonomia do grupo para determinar algumas regras, experiência organizacional prévia, capital social bem desenvolvido, lideranças locais e compartilhamento de compreensões comuns.

Se a sustentabilidade dos sistemas socioecológicos se dá pelo reconhecimento dos saberes partilhados entre a comunidade científica, os poderes públicos e os saberes dos grupos humanos onde os sistemas são operacionalizados, esses saberes demandam sua localização e afirmação de autoria. Trata-se como nos afirma Marques (2012) do “mateiro” sair da coletividade invisível e assumir o status que o cientista detém ao se apropriar do seu saber.

Em tempos de assunção da equidade cognitiva como condição de estabelecimento de equidade social (SANTOS, 2017), nos deparamos com uma lacuna expressiva de produções que versem sobre a contradição da produção de conhecimento sob a égide de uma ecologia de saberes feito à luz de metodologias extrativistas, àquelas que se estabelecem na produção de saberes sobre os “outros” ou se afirmem em metodologias colaborativas que pressupõe um conhecimento produzido com o outro e para ele.

Onde ainda se dê evidência à resistência de sujeitos reais em existências concretas, em contextos sócio históricos específicos, como se observa no Movimento Feminista Descolonial (BIDASECA, 2010; BIDASECA, 2017; MONHANTY, 2008; LORDE, 1988; CRENSHAW, 1991; CARNEIRO, 2002), através de uma ação interseccional de combate ao patriarcado, ao colonialismo e ao capitalismo e como também se elucida no movimento de Educação do Campo brasileiro cuja política educacional é resposta à demanda e ao protagonismo dos movimentos sociais do campo, uma educação proposta pelos e para os sujeitos do campo (CALDART, 2010; MOLINA, 2002).

Para Santos et al. (2004), a tradução possibilita uma “inteligibilidade recíproca” entre saberes, práticas e experiências vivenciadas. Numa ecologia de saberes, onde a horizontalidade cimenta os diálogos, essa inteligibilidade recíproca deve ser orientadora do conhecimento produzido, fazendo emergir novas experiências silenciadas sob a voz dos sujeitos que as vivenciam.

Mama (2010) enfatiza a importância do engajamento da pesquisa acadêmica; da construção de conhecimento “indisciplinado”, assentado numa ética emancipatória, imaginativa e a serviço das pessoas comuns; pesquisas realizadas com “metodologias éticas em função das identidades dos próprios pesquisadores e de metodologias conscientes dos desafios decorrentes do próprio fato de se aplicar ao trabalho de pesquisa uma ética libertadora” (p.629).

Metodologia

A pesquisa documental analisou os métodos utilizados no estudo da Ecologia Humana – EH no âmbito da produção discente no Programa de Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia – PPGecoH, tendo como unidades de análise uma amostragem de 50 dissertações produzidas entre 2012 e 2016 disponíveis no site do Programa

Através da tabela de contingência, obtida pelas 50 dissertações disponíveis na página web do Programa de Pós Graduação em Ecologia Humana da UNEB foram estabelecidos dois grupos, o inicial, compreendendo as 25 (vinte e cinco) primeiras postagens no âmbito dos anos de 2012 a 2013 e o outro, compreendendo as últimas dissertações publicadas nos anos de de 2014 a 2016, buscando dessa forma, analisar a evolução da compreensão do conceito em EH, nas primeiras turmas certificadas e nas últimas. Para realizar a escala de dependência e/ou independência entre as dissertações, foi utilizado a teoria estatística de Karl Pearson (SPIEGEL,

2013), para obter o nível de significância entre os grupos. Comparando os resultados obtidos do valor do qui-quadrado de 3,252 com o valor crítico esperado de 9,487 (grau de liberdade 4 e de intervalo de confiança de 95%), conforme Pearson (2013), quando o valor do qui-quadrado é menor que o crítico esperado, os dados são aceitos como dependentes. Ainda assim, foi calculado, o grau de correlação produto-momento, que pode variar conforme teoria, entre o zero e 1: nesses grupos, o índice foi de 0,95, ou seja, muito forte a sua correlação.

Para a análise do conteúdo dos métodos trabalhados nas dissertações, usou-se o IRaMuTeQ que é um *software* gratuito, desenvolvido sob a lógica da *open source*, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do *software* R e na linguagem *python* (www.python.org). Na Análise de Conteúdo, esta análise proporciona, uma comparação entre os elementos do corpus (palavras ou sentenças), a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos, possibilitando a formação de categorias mais gerais de conteúdo, forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras).

A *análise de similitude* se baseia na teoria dos grafos, e possibilita identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado, trazendo indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (MARCHAND; RATINAUD, 2012). A *nuvem de palavras* as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*.

Alguns princípios foram estabelecidos para nortear este trabalho em termos conceituais e epistemológicos da EH, a análise do universo amostral com ênfase na identificação dos sujeitos pesquisados e a forma como esses sujeitos cujos saberes são revelados são apresentados na pesquisa produzida no que concerne à identidade autoral do universo revelado, com base nos seguintes princípios apontados pelos autores que seguem:

Quanto ao conceito Pires (2012), aponta a Ecologia humana como um estudo da interação entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos numa perspectiva sistêmica, holística, integradora, que envolve vários conhecimentos e permite acolher pessoas com diversas formações acadêmicas, mas que encontram na ecologia humana espaço de liberdade para pensar.

Marques (2017), aponta estruturas epistemológicas à Ecologia Humana que reforçam o estudo das relações da espécie humana ancorada na transdisciplinariedade. Defende que os estudos em EH devem atuar no imaterial sobre o material e vice-versa; preservar a espécie espírito nos debates ecológicos; pensar a proteção às culturas dos povos tradicionais sem negar o que eles pensam e sentem; incluir os modelos de percepção dos diferentes grupos humanos sobre seus modos de ligação com a natureza; conceber os fenômenos que se manifestam no humano; e, ainda, aprofundar a essência da espécie humana em todas as dimensões das diferentes ciências de forma urgente e necessária.

Santos (2008) aponta nos estudos sobre as epistemologias do sul, contribuições importantes que a Ecologia Humana carece. Aponta uma etnografia mais complexa, que torne visíveis alternativas epistêmicas emergentes para considerar os diferentes saberes.

Quanto ao Sujeito, a Nova Cartografia Social, onde a singularidade da externalização das concepções dos sujeitos pesquisados reafirma a escrita etnográfica, defende, numa perspectiva de Wagner (2008), a preocupação de que as pesquisas careçam de possuir uma interlocução entre um conhecimento científico e os sujeitos sociais de forma respeitosa.

Resultados e Discussões

As pesquisas realizadas no PPGecoH, incluiu comunidades humanas em diferentes ambientes, que propomos a organização nos grupos: Povos e Comunidades Tradicionais – “PCT” (indígenas; quilombolas; ciganos; ribeirinhos; pescadores artesanais; extrativistas; fundo de pasto; povos de terreiros), áreas urbanas – “URBANO” (poder público - prefeituras; escolas – professores, alunos, pais; empresários; atingidos por barragens; moradores), rurais – “RURAL” (reassentados; atingidos por barragens; agricultores; assentados; moradores de comunidades; apicultores), patrimônios imateriais arqueológicos – “PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO”(pinturas rupestres), ambientes naturais – “NATUREZA” (rios; ictiofauna; fauna; flora).

Tabela 1: Contingência para identificar a correlação dos sujeitos da pesquisa nas Dissertações de EH (Pesquisa, 2017)

GRUPOS/SUJEITOS	2012-2013	2014-2016	
PCT	13	14	27
Urbano	8	5	13
Rural	7	5	12
Patrimônio Arqueológico	3	0	3
Natureza	1	1	2
	32	25	57

Legenda: PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

Os cinco grupos organizados possibilitaram o reconhecimento da proporcionalidade distributiva para eliminar possíveis diferenças. Nota-se uma correlação numérica dos trabalhos desenvolvidos e a validade dos dados, tecnicamente há importante significância das pesquisas correlacionadas entre as 25 primeiras dissertações analisadas e as 25 últimas. Uma vez validada a hipótese da independência pelo teste do qui-quadrado, foi possível, substituir e incluir nos textos os sujeitos pesquisados nesses cinco agrupamentos, assim fazer a análise de similitude entre os sujeitos e o método através do programa do Iramuteq, que segue abaixo enunciado.

Os resultados assinalaram que os parâmetros das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos pelo PPGEcoH confirmam que os sujeitos pesquisados condizem com as linhas do programa, que define como princípios “o desenvolvimento socioambiental sustentável no Nordeste brasileiro, com enfoque na dinâmica étnica dos grupos humanos e com destaque para os povos e comunidades tradicionais, nas suas relações com os diferentes biomas e ecossistemas, particularmente o bioma Caatinga e os mais variados aspectos do semiárido brasileiro”¹.

As pesquisas envolveram conhecimentos relacionados principalmente, com a antropologia, arqueologia, biologia, geografia, engenharia de pesca, direito, agronomia, política, pedagogia, psicologia, ecologia, economia, cultura e gestão socioambiental. Na totalidade dos dados, aparecem o caráter pluridisciplinar da Ecologia Humana, com uma diversidade de áreas temáticas e nichos ecológicos.

A natureza dos dados permitiu demonstrar a validade do quadro na tendência dos princípios apontados pelo programa de mestrado. Todavia, a questão que permanece, incide

¹ Sobre os princípios do PPGEcoH: <http://www.uneb.br/ppgecoh/sobre/> (pesquisa, 26/07/2017).

sobre a interlocução construída entre a pesquisa e os sujeitos sociais. Será que a ética de construção da ciência na Ecologia Humana possui um diálogo e interação da pesquisa com os sujeitos sociais? Como na EH – no processo de produção e difusão do conhecimento - esses sujeitos são considerados/apresentados? Há uma tradução intercultural nesse processo onde se oportunize aprendizagens recíprocas?

Por um lado, constatamos que os povos e comunidades tradicionais aparecem com maior frequência nas dissertações numa região do semiárido, por outro, pouco se observam valores de autoria na construção dos conhecimentos tradicionais. Uma Ecologia Humana comprometida com justiça social não pode se esquivar de promover justiça cognitiva e essa se estabelece no direito de vozes silenciadas e seus sujeitos terem visibilidades.

Nuvem de Palavras e Justiça Cognitiva

O resultado demonstrou coerência entre as dissertações no que se refere aos sujeitos e a abrangência dos métodos em âmbito da PPGEcoH. Os caminhos metodológicos e técnicas desenvolvidos assinalaram que os sujeitos sociais são mais focados nos estudos que tratam de Povos e Comunidades Tradicionais, pesquisas urbanas e rurais, mas, as pesquisas voltadas para a natureza, embora possuam clareza de método, o mais usado é o comparativo, o sujeito é pouco evidenciado. A etnografia virtual e mapeamentos etnográficos não aparecem na nuvem de palavras (Figura 1), por serem exceções em trabalhos com os PCTs.



Figura 1: Segunda forma de compreensão da similaridade sujeito-método nas pesquisas da PPGEcoH

As abordagens como a afirmação de território e identidade, resiliência cultural, interações com diferentes ambientes, modo de vida, uso de conhecimento, diagnósticos produtivos, representações sociais, virtuais, cultura e saúde, avaliações de conhecimentos tradicionais, etc. institui relações humanas que exigem construções éticas não apenas no campo formal das normas de regulamentações de pesquisas, mas, sobretudo, nas relações éticas do respeito à dignidade humana dos grupos estudados, além, do consentimento livre e esclarecido dos participantes. Mas e o direito a ter associado seu discurso a sua identidade pessoa/grupal? E os casos onde o conhecimento apresentado é apropriado, reelaborado (em atividade posterior) e a autoria do saber inteiramente descartada?

A construção de relações no respeito e na dignidade humana incide sobre uma justiça cognitiva que torne possível a construção de ecologias dos saberes (SANTOS, 2010), para que a abordagem investigativa possua junto aos sujeitos pesquisados a compreensão ética destes, como sujeitos do conhecimento e, para que a perspectiva epistemológica e política possuam o reconhecimento da produção como fruto de justiça cognitiva, a implicação dos resultados consiste em instituir construções coletivas respeitadas, autorais e dialógicas na utilidade da pesquisa (SANTOS, 2017).

Os dilemas da produção do conhecimento apontados nas dissertações ainda permeiam as questões de como ocorre o compartilhamento de compreensões, dúvidas quanto aos níveis de relações de confiança estabelecidos, aberturas e autonomias. Do ponto de vista empírico, indagações dos pesquisadores como: “a comunidades me confundiu com o fiscal do IBAMA²”, “eles não querem falar do assunto porque é segredo”, “eu tinha que testar o conhecimento deles”, “tem uns moradores que sabe mais que outros”, “eles não querem responder o questionário”, “o cacique se esquivava toda vez que eu chego”, “esse povo é aproveitador”. Estes exemplos demonstram os equívocos evocativos que suscitam importantes discussões na esfera das relações éticas de pesquisa (PIRES; CRAVEIRO, 2011).

No que se refere à ética na pesquisa, tanto o pesquisador quanto o pesquisado precisam construir confiança com vistas à produção de conhecimentos compartilhados. Os enunciados demonstram a distância de uma justiça cognitiva capaz de suscitar dos sujeitos sociais os protagonismos do conhecimento da pesquisa. Portanto, a coerência de dados *versus* a coerência de relações éticas permanece como forte dilema das práxis da EH correspondente de propiciar uma ciência comprometida com ecossistemas da vida nas relações sociais e ambientais (MIRA, 2013).

² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Considerações Finais

A Ecologia Humana possui princípios emergentes de cuidado com a espécie humana e suas diversas relações com a natureza (MARQUES, 2017). Pensar uma epistemologia capaz de gerar atitudes éticas de preservação da espécie humana em suas diferentes dimensões são razões emergentes na contemporaneidade. O estudo da EH em nível do Programa de Mestrado da Universidade do Estado da Bahia, além de suscitar importantes subsídios norteadores das *práxis* da EH no Brasil, traz para as regiões do semiárido no Nordeste brasileiro, um arcabouço de trabalhos investigativos que envolvem sujeitos e métodos e descrevem importantes modos de vida, percepções, conflitos ambientais e humanos que comprometem significativamente as espécies nesta região.

O PPGEcoH aponta áreas de concentração que discutem a Ecologia Humana e a Gestão Socioambiental assim como, a Agroecologia e Saúde Humana. “A primeira discute aspectos do desenvolvimento socioambiental sustentável na contemporaneidade, consequentemente, as ideias de sustentabilidade ecológica, social, política, econômica e cultural, com enfoque na dinâmica étnica e ambiental das populações humanas nos diferentes ecossistemas, particularmente no bioma Caatinga. E a segunda, busca compreender os agroecossistemas, compondo conhecimentos de agronomia, ecologia, saúde, economia, sociologia, entre outros. Com enfoque numa reforma sociopolítica de empoderamento do agricultor ao encontro de sua identidade e participação ativa no processo produtivo, abrangendo aspectos sociais e culturais, buscando preservar recursos ambientais, levando a resultados econômicos positivos para sociedade, a longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável”.

Nestas áreas, as investigações dissertativas dos discentes apresentam coerência quanto o alinhamento entre as pesquisas realizadas e a proposta do programa, no que concerne ao perfil dos sujeitos.

O sujeito ainda é considerado como mero “informante”, embora seja o aporte “necessário” para a produção do conhecimento gerador das dissertações. E sequer são considerados dentro do ancore de direitos autorais. Apresentou-se para este artigo, a ideia de justiça cognitiva como fonte mater da pesquisa em EH, uma vez que esses sujeitos em sua maioria são da espécie humana, o trato, portanto, exige relações mais humanas e pouco menos utilitárias no fazer científico.

Outra constatação importante é que as pesquisas dissertativas apresentaram de um modo geral, uma pluridisciplinaridade e preferências teóricas de grupos como os de Povos e

Comunidades Tradicionais, principais grupos subalternos pouco incluídos dos sistemas sociais e políticos do desenvolvimento sustentável, pensados pelo Programa de Mestrado na região do Semiárido Brasileiro. Todavia, os níveis emancipatórios que envolve o conceito de EH fornece aos pares (orientador e orientando) questões a serem discutidos como: a superação no que se refere a coesão entre os teóricos e os métodos utilizados e consideração dos sujeitos sociais como coautores do conhecimento científico.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazonia**. Alfredo WagnrBerno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente. **Interciência**, 18(1): 121-132. 1993.

BIDASECA, K. *Perturbando o texto colonial – os Estudos Pós Coloniais na América Latina*. Buenos Aires: SB Edições, 2010.

BIDASECA, K. **Escritos en los Cuerpos Racializados: lenguas, memória y genealogías (pos) coloniales del feminicidio**. Espanya: Universidad des Illes Ballears Ed., Palma 2017.

ALVIM, R. G. **Ecologia Humana: da visão acadêmica aos temas atuais**. Maceió: EDUFAL, 2012, 183 p.

ÁVILA-PIRES, F. **Fundamentos Históricos da Ecologia**. São Paulo: Holos Editora, 1999.

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da Escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. *Expressão Popular*. Cadernos do Iterra, ano X, nº 15, 2010.

CARNEIRO, S. “**Ennegrecer El feminismo**”. Conferencia presentada en Durban, 2002. Disponible en http://www.penelopes.org/Espagnol/xarticle.php3?id_article=24. Acesso em: 10/08/2020.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Stanford Law Review*, 1991.

KORMONDY, E. J; BROWN, D. E. **Ecologia Humana**. Tradução de Max Blum. Coord. Editorial da Edição Brasileira Walter Neves. São Paulo: Atheneu Editora, 2002.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LORDE, A. La casa del amo no se desarma con las herramientas del amo. In: MORAGA CH. Y CASTILLO, A (Eds.) **Esta puente mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco. ISM Press, 1988.

MAMA, A. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B. S. MENEZES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. In Actes des 11^{ème} Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. Liège, Belgique. **JADT**, pp. 687-699. 2012.

MARQUES, J. (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: UEFS, 2014.

MARQUES, J. **A Ecologia de Freud**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

MIRA, F. **Pluralidade Epistemológica, Metodologias e Experiências de Vida. Curso Saberes Locais e Contextos Globais**, Edições Subjectivas, 2013.

MOLINA, M. C. Desafios para os educadores e as educadoras do campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. (orgs). **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, volume 4. 2002.

MOHANTY C. T. Bajo los ojos de occidente. In.: NAVAZ, L. S. e HERNÁNDEZ, A. (ed): **Descolonizando o feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

OSTROM, E. **The Future of the Commons Beyond Market Failure and Government Regulation**. IEA, The Institute of Economic Affairs. 2012.

PIRES, I. M. CRAVEIRO, J. Lutas. **Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011.

SPIEGEL, M. R. **Probabilidade e estatística**. 3. Ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Epistemologias do Sul. Aula Magna do Curso Internacional "Pensamentos e Lutas situadas – para uma Cartografia do Sul. CLACSO, 06 de abril de 2017. Disponível em <http://clacsovirtual.org/course/view.php?id=189>. Acessado em 29 de julho de 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

TOMÁZ, Alzení de Freitas; GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza; MORIMITZU, Paulo Wataru; SANTOS, Carlos Alberto Batista. Ecologia Humana e Justiça Cognitiva: Comensurabilidade e Autorias nos Conhecimentos produzidos com os Povos Tradicionais. **Id on Line Rev.Mult.Psic.**, Outubro/2020, vol.14, n.52, p. 167-179. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 20/08/2020;

Aceito: 25/08/2020.